

8. Capacitação dos Professores que fazem a inclusão de alunos portadores de paralisia cerebral

Reconhecemos a importância do conhecimento teórico do professor para realizar, com mais segurança, o seu trabalho com esses alunos, mas sabemos também que a busca de informação e o empenho em alcançar melhores resultados dependem do interesse pelos alunos e da crença ou não na filosofia da inclusão.

A falta de capacitação não pode ser vista como justificativa para excluir estes alunos do ensino regular. Em uma escola para todos, os professores devem observar as singularidades de cada aluno sabendo respeitá-las para acolhê-las da melhor forma possível.

Quanto à questão contida nas entrevistas, referente à capacitação dos professores para trabalhar com alunos portadores de Paralisia Cerebral, encontramos dois tipos de respostas: os que disseram não ter capacitação alguma e os que disseram receber orientações através do professor itinerante que é enviado à escola pelo Instituto Helena Antipoff. Nenhum dos professores disse ter recebido algum tipo de informação sobre esses alunos em cursos de graduação, pós-graduação ou outros.

• Professores que disseram não ter capacitação alguma

Alguns professores foram sucintos, ao afirmar a sua falta de capacitação para fazer a inclusão desses alunos em sua sala de aula. As falas abaixo são bem representativas disso:

“Não, não tive nenhuma instrução, nenhuma orientação. Não, nunca.”

“Eu nunca tive nenhuma instrução na faculdade, nunca me disseram, me ensinaram, como lidar com uma criança com deficiência, na escola.”

Houve um professor que, além de se achar injustiçado por não receber nenhum tipo de capacitação para receber esse aluno em sua sala de aula, acha que tal injustiça afeta primeiro o aluno:

“Primeiro eu achei injusto com o aluno, achei injusto comigo enquanto profissional, porque a gente não tinha formação que me ajudasse a lidar com isto.”

O conceito de justiça colocado por este professor é uma apropriação interessante, porque é pontual: ele acredita que o que é injusto para ele, é injusto para o aluno específico. É preciso lembrar que o professor se forma para trabalhar com seres humanos, que se distinguem por peculiaridades. Qualquer que seja a turma a ser trabalhada, independente da escola ou do grau de ensino, sempre haverá diferenças entre os alunos, diferenças essas que são: culturais, comportamentais, educacionais, emocionais e outras; por que não podemos incluir entre essas, as diferenças causadas por uma deficiência como a Paralisia Cerebral? Se encararmos este aluno como apenas mais um educando, que nos faça aprender a realizar um trabalho, considerando as diferenças de todos os componentes da classe, talvez estaremos dando um grande salto qualitativo no que diz respeito à inclusão desses alunos.

O que seria injusto era deixar de acolhê-los, simplesmente por nunca ter recebido preparação para lidar com suas peculiaridade. As escolas regulares, principalmente as da rede pública vivem hoje problemas ligados ao tráfico de drogas e o envolvimento de seus alunos. Vivem problemas, frutos da miséria e da fome e tantos outros. Será que dentre tantos outros assuntos pertinentes à escola, a inclusão de um aluno com necessidades específicas não pode ser visto como mais uma situação a ser incluída e tratada no cotidiano escolar?

Ouvimos também um professor que não recebeu formação e achava que teria que receber treinamento, mas que acha difícil recebê-lo do Município:

“Não, eu acho que o professor teria que ser mais treinado sobre o assunto. Agora fica difícil, dentro de uma realidade de município, não dando toda a estrutura possível, fazer alguma coisa que eu ache que vale a pena.”

Este professor deseja ter tal capacitação, propiciando uma melhor estrutura para atender esses alunos, porém julga difícil que seja feito algo que valha a pena. Pensar que é difícil nos leva a desacreditar nas possibilidades. Não podemos dizer que não vale a pena algo que ainda está em processo.

Enquanto o aluno estiver na escola, poderão ocorrer inúmeras descobertas de potencialidades que resultam em algo que inicialmente desconhecemos. Temos que acreditar no que consideramos utopia, pois, o que

existirá no futuro tem ser acreditado e planejado no presente (Gandin,2002). A não credibilidade no trabalho por falta de uma suposta estrutura, não tendo como referência um ideal utópico, levará ao desinteresse do professor por este aluno, o que acarretará, quase que invariavelmente, o desestímulo do aluno para com a aprendizagem.

Também tivemos como um dos nossos entrevistados, um professor que declarou nunca ter procurado, por sua própria conta, nenhum tipo de capacitação, o que mostra claramente seu desinteresse por este aluno, justificado, por ele, pela pequena quantidade de alunos com Paralisia Cerebral:

“Agora, eu procurar por minha conta própria, eu confesso que não, até porque, a quantidade de alunos que a gente tem com estas características é tão pequena, que não é correto, mas a gente vai deixando.”

A sinceridade deste professor deve ser valorizada, porque demonstra que tem consciência que, desta forma, está agindo incorretamente. Uma escola que abre suas portas para uma pluralidade cada vez maior de alunos, deve ter professores que se preocupem em conhecer e se capacitar para atender um determinado aluno e não se escudem na desculpa de ser tal educando uma minoria naquele estabelecimento escolar.

Tivemos, também, um professor, que nos expôs a sua total falta de interesse, motivação e até um pouco de preconceito para trabalhar com estes alunos:

“Não, porque é um conhecimento muito vasto e não temos tempo, nem desejo de entrar numa área desta, porque não temos nenhuma inclinação para cuidar deste tipo de gente.”

Embora respeitando que nem todas as pessoas têm características para trabalhar com certas realidades, achamos que trabalhar com alunos portadores de Paralisia Cerebral, é trabalhar, antes de tudo, com pessoas que têm o pleno direito de se integrar à sociedade e de aprender. Quando escolhemos a profissão de professor, sabemos que vamos ter que trabalhar com pessoas com pluralidade de diferenças. Portanto, não é correto, nem profissional, estabelecer um padrão ideal de aluno pra se trabalhar. Tal atitude vai contra os preceitos da educação inclusiva, e reacende o estigma, ou seja, nos aponta uma representação enraizada em crenças e valores, os quais durante muito tempo endossaram a segregação educacional

deste aluno e que ainda hoje influenciam muitas pessoas, gerando atitudes e posições até mesmo hostis.

- **Professores que disseram receber orientações, através do professor itinerante.**

Alguns professores disseram que, apesar de não possuir conhecimento específico sobre o assunto, receberam orientações do professor itinerante, que é enviado à escola pelo instituto Helena Antipoff. Este instituto é a referência para assuntos relativos a alunos portadores de necessidades educativas especiais, na rede municipal do Rio de Janeiro.

Pudemos constatar que os professores consideram de grande importância a existência deste professor itinerante, na educação inclusiva. Isto está evidenciado nas seguintes entrevistas:

“ Mas, depois, ela tinha uma professora de apoio, que vinha até a escola, uma professora itinerante no caso. Ela foi passando para mim, noções de como trabalhar com a criança, com o aluno, e aí foi tudo bem.”

“ Olha, sempre que eu posso, eu converso com a professora que acompanha estes alunos. Ela, geralmente, vem toda semana e então eu converso com ela. Ela é uma pessoa que está sempre disposta a falar sobre o assunto.”

Isto prova que o professor itinerante é um agente de mudança, fazendo com que a atitude dos professores se modifique quanto ao trabalho com estes alunos. Esta mudança tanto beneficiará o professor, que ganhará informação e conhecimento, quanto ao aluno, que será melhor orientado e estimulado.

É claro que o professor itinerante tem sua importância, mas como já vimos no capítulo sobre avaliação, existem professores que usam-no para transferir todas as suas responsabilidades da inclusão. Isto fica mais uma vez evidenciado, na seguinte fala:

“ Eu propriamente não, porque eles têm uma professora, que é uma professora especial deles. Ela vem diariamente à escola e ela dá o apoio a cada um deles, em determinadas aulas.”

Ratificando o que dissemos acima, ficou evidenciado que o professor itinerante é de grande importância na educação inclusiva, pois tem suprido com informações e orientações, a falta de capacitação dos professores regulares. No

entanto, gostaríamos de alertar para o fato de que esse professor itinerante não pode substituir o professor regular, quanto às suas obrigações e responsabilidades na educação inclusiva. É o contato diário com este aluno que levará o professor regular a conhecer e identificar as suas necessidades de aprendizagem e as oportunidades de levá-lo a um desenvolvimento de suas potencialidades e, desta forma, também, aumentar suas habilidades e capacitações para trabalhar com o ensino inclusivo.